

Reali: precisamos incluir demandas do ABC nos PPAs dos governos federal e estadual. Não podemos perder esse bonde

Reali: precisamos incluir demandas do ABC nos PPAs dos governos federal e estadual. Não podemos perder esse bonde

Para secretário-executivo do Consórcio ABC, a prioridade neste primeiro momento é a infraestrutura: saneamento, habitação e mobilidade

ANGÉLICA RICHTER
angelicaricht@diarioregional.com.br

O ex-prefeito de Diadema Mario Reali (PT) assumiu a secretaria executiva do Consórcio Intermunicipal ABC, que nesta gestão tem à frente o prefeito de Mauá, Marcelo Oliveira (PT). Em entrevista ao Diário Regional, Reali, que foi presidente do colegiado de prefeitos entre 2011 e 2012, afirmou que assumiu o desafio de integrar a entidade em um momento de retomada do processo democrático e da interlocução com os governos federal e estadual. O petista destacou, ainda, que são mais de 30 anos de experiência, nos quais tem acompanhado a trajetória do Consórcio ABC.

Como se deu sua ida para o Consórcio?

Estava em Diadema, em uma assessoria especial, cuidando de projetos estratégicos e aí o (prefeito José do) Filippi fez essa "provação" do Consórcio. O convite foi em uma linha de apoiar o Marcelo, que após eleito me chamou para conversar dada a experiência de ter sido presidente anos atrás. Achei um desafio importante, em especial neste momento que estamos vivendo, de retomada do processo democrático, de fortalecimento das instituições. Também é o início do governo Lula e do governo estadual (Tarcísio de Freitas/República), colocando uma perspectiva de diálogo logo neste começo para planejar as ações.

A parceria com a Universidade Federal de ABC, a Unifesp,

ENTRE ASPAS

Temos, também, uma preocupação que passa por tudo, que é o desenvolvimento econômico. Mario Reali

a macrodesempenham, a ampliação do Polo Petroquímico, venho acompanhando de uma forma ou de outra. Acompanho (a entidade) desde a fundação, no começo dos anos 90 com César Daniel. Então, são mais de 30 anos. Acho que é uma sintonia muito grande.

Antes prefeito e agora secretário, o sr. sentiu diferença na capacidade de articulação e desenvolvimento de projetos após a reestruturação feita pelo prefeito de Santo André, Paulo Serra?

O Consórcio tem tradição, mas viveu momentos difíceis até por conta da falta de interlocução do governo do Estado e do governo federal. Tem um momento no segundo governo Lula e no de Dilma (Rousseff) que estava muito latente a facilidade de acesso a programas, de maneira republicana, nas plataformas. Nessa época o Consórcio teve um pico, que foi no momento que fez um PPA (Plano Plurianual) regional, um Plano de Mobilidade, e conseguimos recursos para toda a região. Sem essa interlocução, os prefeitos foram dando menos importância e virou uma instância meio burocrática.

Agora, o que temos com perspectiva é a retomada, com o a revisão desses planos regionais e de buscar recurso fora para reestruturar esses projetos. O governo do Estado está mais aberto a isso. Já fomos a Brasília, com a Frente Nacional de Prefeitos. Tivemos agenda em alguns ministérios e já temos uma reunião com vários GTs (Grupos de Trabalho) para aderirmos à plataforma do Mão à Obra e para identificarmos, também, todas as obras paradas. Com o governo do Estado a mesma coisa. Estamos em uma agenda de diálogo.

Então, a interlocução com os governos já foi retomada com sucesso?

O primeiro ano é o do PPA



Reali: "estamos querendo dar um sentido de vida para o Consórcio, que tem tradição"

tanto para o governo federal quanto do Estado. Então, é importante incluímos algumas demandas da região e possibilitar a inclusão no Orçamento. Tem obras importantes de mobilidade que mudam muitas coisas. A linha 18, que virou BRT, e a linha 20 de metrô. Então, não podemos perder esse bonde.

A questão da mobilidade está muito vinculada ao desenvolvimento urbano. Temos obras do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), habitação, mobilidade, saneamento e encostas. Ficou evidente a necessidade de enfrentamento em áreas de risco. Então, estamos com uma agenda muito intensa.

Já existia planejamento com os grupos de trabalho. Estamos atualizando e priorizando dentro desses grupos o que são ações de curto prazo e estruturando as de médio e longo prazos, que são basicamente a reestruturação desses planos.

Para se ter uma ideia, ao mesmo tempo que queremos atualizar o plano de habitação, que foi parceria com a UFABC, fizemos levantamento das demandas para encaminharmos ao ministério. Temos um déficit emergencial

decorrente de área de risco (5 mil moradias, de famílias que recebem auxílio aluguel), que ficaram sem o programa Minha Casa, Minha Vida.

O sr. tem estimativa de valor para as obras paradas?

Temos um número, que a própria Caixa Econômica passou, entre PAC, Orçamento Geral de União, esses investimentos diretos, temos uma carteira de R\$1 bilhão e mais R\$1 bilhão de financiamentos, incluindo os sete municípios.

Nessa questão da habitação, tivemos conversa com o Estado, principalmente com o Polício (José Polício Neto, subsecretário estadual de Desenvolvimento Urbano e Metropolitan), que é de retomada do papel da represa Billings na região. Acho que só vamos ter água se tivermos investimento em moradia, porque temos a pressão da ocupação dos mananciais. Na questão do tratamento de esgoto, temos também a perspectiva de dialogar com o governo do Estado. Queremos investimentos para termos um serviço de qualidade. A Sabesp administra o maior número de municípios e queremos um serviço de qualidade.

O sr. acredita que a saída

de São Bernardo e São Castano pode enfraquecer o Consórcio?

Hoje estamos nesta discussão com São Bernardo e São Castano, se fica, se vai. Queremos muito que os prefeitos Orlando (Orlando/São Bernardo/PSDB) e Leon (Leon Aulicchio/PSDB) reconsiderem a posição deles, que foi política. Queremos preservar os sete municípios, para fazermos um planejamento conjunto.

O Consórcio viveu um ótimo período nos governos Lula/Dilma, passou em branco no de Michel Temer (MDB) e Jair Bolsonaro (PL) e talvez nem soubesse da existência da entidade. A insatisfação com o desempenho do Consórcio pode estar relacionada a essas saídas?

O Consórcio é uma estrutura financiada pelos municípios e não teve muito estímulo para os prefeitos continuarem nele. Estamos querendo dar um sentido de vida para a entidade. Dentro dessa perspectiva de possibilidades e resultados, o investimento que as prefeituras fazem passa a ser importante. Tem retorno. É nessa linha que queremos trabalhar. Mostrar resultados e que o trabalho coletivo dá retorno. As prefeituras não conseguem resolver (sozinhas) todos os problemas, porque estão inseridas em uma região metropolitana que é uma cidade só. São Paulo se gradou com os outros 39 municípios. Não dá para separar a demanda habitacional de Diadema da de São Bernardo e de São Paulo, ou os problemas de saneamento e mobilidade. Tem muita conexão e precisamos articulá-la.

O Consórcio terá uma atuação diferente com a saída das cidades, talvez mais estratégica e menos de captação de recursos?

As duas coisas. Tem uma estratégia de entender o que é prioritário e buscar o recurso, fundamentando o que é estratégico para a região toda. O próprio governo federal, na fala do ministro Alexandre Padilha (Relações Institucionais) quando esteve aqui, que disse que é diferente atender mais de 6 mil municípios, de atender uma região com 2,5 bilhões de habitantes e sete prefeitos unidos entorno de problemas comuns. Isso dá uma potência maior para estratégia e ao resultado que vem

para enfrentar essa demanda, ou seja, ter recurso disponível.

Estou muito esperanoso de conseguir mais recursos para a região, a fim de fazer mais investimentos e adequar a qualidade de prestação de serviços, porque acabamos também dialogando para a educação, saúde. Sobre esses temas temos várias demandas e estamos nos organizando, para afinar com os governos federal e estadual quais os elementos que conseguimos ter retorno.

Quais projetos consideram prioritários neste momento?

O primeiro, que está muito na cabeça do presidente Marcelo Oliveira, porque ele viveu isso e Mauá está em estado de emergência, é a questão das áreas de risco. Não tivemos investimento em novas moradias para a população que mais precisa e isso agravou a ocupação de mananciais na região toda. Em Diadema tivemos uma ocupação em área de manancial, além de outras novas ocupações e, com isso, a criação de novas áreas de risco. Então, essa parte das encostas, moradias, o PAC para urbanizar e a área de saneamento são um eixo importante.

Outro eixo é a mobilidade, que temos problemas seríssimos com a questão da perda de passageiros pelos sistemas municipais. Então, temos de investir na integração dos sistemas em uma melhoria da qualidade do transporte.

Temos, também, uma preocupação que passa por tudo, que é o desenvolvimento econômico, geração de emprego e renda. Aproximar (a população) da moradia e criar novas oportunidades. Então, esse é um diálogo muito forte que estamos fazendo com a Agência de Desenvolvimento Econômico e, por isso, entra toda essa questão de inovação tecnológica, da indústria 4.0 e, ao mesmo tempo, da economia local.

As maiores despesas das políticas sociais, que a falamos despesa/investimento, são saúde e educação. Ambas são pautas importantíssimas, que tem a equação dos equipamentos de atendimento especializado e dos hospitais, que precisamos viabilizar o custeio. Para algumas cidades são novos investimentos, como Diadema que tem o novo Hospital Municipal como pauta de investimento urgente.

Na educação temos de retomar aquele esforço da complementação do ensino. Com a pandemia ficou muito evidente que as crianças perderam um tempo importante nesses três anos. Então, temos de recuperar conteúdo. Após de educação integral, Mais Educação, educação de jovens e adultos também estão na nossa pauta.

É muito amplo, mas creio que a prioridade neste primeiro momento é a infraestrutura, que são saneamento, habitação e mobilidade, e estão na boca de a gente pedir os recursos e viabilizar. Daí, educação e saúde estão na fila. Estamos trabalhando muito.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Diário Regional - Grande ABC/SP

Seção: Política Pagina: 2